

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011790-90.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Condomínio em Edifício**
 Requerente: **Condominio Edificio Apiacás**
 Requerido: **Luciana Rocha Feo Moreno**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO APIACÁS ajuizou a presente **ação de COBRANÇA** em face de **LUCIANA ROCHA FEO MORENO**, todos devidamente qualificados nos autos.

O requerente informa na exordial que os requeridos possuem 19 parcelas de despesas condominiais em aberto totalizando um débito de R\$ 3.893,00 até a data da propositura da demanda. Requereu a procedência da demanda condenando os réus ao pagamento total da dívida em aberto com os devidos acréscimos. A inicial veio instruída por documentos às fls. 04/19.

À fls. 54 designada audiência de tentativa de conciliação que restou prejudicada conforme termo de audiência de fls. 126/127 devido a ausência das partes.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação alegando que realizou um acordo com o síndico do condomínio requerente e assegura que o mesmo realizou cobranças indevidas, pois efetuou tal pagamento. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

1011790-90.2015.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Às fls. 103/104 a ré apresentou reconvenção requerendo o reembolso do mês de fevereiro/2015, que foi indevidamente cobrado pelo requerente, em vista do pagamento regular. O pleito foi liminarmente rejeitado a fls. 103/104.

Sobreveio réplica às fls. 118/121.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 128, porém, deixaram de se manifestar.

É o relatório.

DECIDO.

Decido no estado por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabeleceu a controvérsia.

A pretensão do autor é procedente.

Na inicial são cobradas da ré taxas condominiais inadimplidas dos meses vencidos a partir de março de 2015 até setembro do mesmo ano, portanto, sete mensalidades.

Na contestação a ré confessou o débito; apenas impugnou a cobrança do mês de fevereiro de 2015 a pretexto de quitação.

Ocorre que a inicial cobra as parcelas vencidas a partir de março de 2015 (cf. fls. 19).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A cópia do acordo entabulado entre as partes é clara ao apontar que tal avença se refere às taxas extras dos meses vencidos em 20/06/14, 20/09/14, 20/10/14, 20/11/14, 20/12/14, 10/01/15, 20/01/15, 10/02/15 e 20/02/15.

Assim, por ser proprietária de imóvel situado dentro de Condomínio de Apartamentos, a requerida deve pagar as despesas condominiais, conforme o cálculo apresentado com a inicial, que não foi impugnado no aspecto formal.

Apenas um reparo merece o valor apontado a fls. 02, devendo ser excluído o montante acrescido de honorários advocatícios, que cabe ao juízo arbitrar.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a requerida, **LUCIANA ROCHA FEO MORENO**, a pagar ao autor, **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO APIACÁS**, as taxas condominiais em atraso especificadas na inicial, mais as que eventualmente se venceram no curso da lide, nos termos do artigo 323, do CPC, tudo com correção monetária e juros de mora, à taxa legal, a contar de cada vencimento. Entretanto, como o autor trouxe valor certo na inicial, caberá a ele, na fase oportuna, refazer os cálculos de acordo com o aqui decidido.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor total da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**